

ENTREVISTA COM MIGUEL ÁNGEL ROYO:

“ABRIR A PORTA AO MERCADO PARA UM PRODUTO VICIANTE PARECE-ME MUITO ARRISCADO. TEMOS QUE SER CAUTELOSOS.”



Miguel Ángel Royo é especialista em medicina preventiva e saúde pública, doutor em medicina pela Universidade Autónoma de Madrid e chefe de estudos da Escola Nacional de Saúde, onde dirige o mestrado em saúde pública, bem como professor da UNED. Seus campos de pesquisa giram em torno da avaliação de políticas alimentares, tais como a regulação da publicidade, preços (impostos e subsídios) ou rotulagem de alimentos, conflitos de interesse e captura corporativa de políticas públicas de saúde, conflitos éticos em saúde pública e epidemiologia e prevenção da obesidade infantil. Royo esteve no Congresso Internacional de Cannabis e seus Derivados, coorganizado pela Soidrogalcohol.

Pergunta. O que aprendemos com as políticas de álcool em relação à saúde pública? E o tabaco?

Resposta. O que mais destaque é a resistência que encontramos quando propomos políticas de prevenção de comportamentos não saudáveis em menores e adultos. As indústrias usam estratégias de captura corporativa para fazer isso: intelectual, social, cultural e material.

Todos respondem a ações intencionais. Por exemplo, com táticas para distorcer resultados científicos em detrimento da saúde pública, pagando pesquisadores para produzir estudos financiados pela indústria (captura intelectual). Inúmeras investigações têm mostrado que

os resultados desses estudos são tendenciosos em favor dos interesses das indústrias financiadoras. Outra tática de captação intelectual é controlar a formação dos profissionais, incluindo mensagens sobre o consumo moderado de produtos nocivos à saúde, como álcool ou bebidas açucaradas, e seus supostos benefícios, etc.

A captura social estaria relacionada à intensa e sofisticada propaganda de produtos nocivos à saúde, associados a emoções positivas e, por vezes, a uma aura saudável. Outra tática de captura social é a chamada responsabilidade social corporativa, por meio da qual certas empresas se esforçam para passar a impressão de que estão colaborando na solução de um problema para esconder que realmente fazem parte dele. Nessa linha, propõem-se a colaboração público-privada e medidas meramente educativas, apelando à responsabilidade individual das pessoas, ou à autorregulação que não sirva para resolver o problema, impedindo a implementação de políticas realmente eficazes. Com essas táticas, buscam colocar a sociedade do lado de seus interesses privados.

A captação de cultura e material consiste em todas as ações de influência e pressão que são exercidas sobre políticos ou altos funcionários responsáveis por políticas públicas de saúde, a fim de evitar a regulação de seus produtos ou conseguir uma regulação favorável aos seus interesses (por exemplo: que os preços não sejam tocados). Vimos no tabaco, com álcool, e começamos a ver na cannabis.

P. Você também falou sobre bebidas açucaradas...

R. Sim. A primeira diferença é a capacidade de dependência. A capacidade de dependência do tabaco é enorme. Para colocar tabaco, álcool e bebidas açucaradas. Em termos de saúde pública, ocorrem 8 milhões de mortes por ano em todo o mundo devido ao tabaco. O álcool também tem um impacto muito importante na saúde e na sociedade (violência, acidentes de trânsito, problemas familiares e de trabalho); e bebidas açucaradas, que fornecem calorias vazias, aumentam o risco de obesidade e doenças cardiovasculares, câncer devido à obesidade, etc.



P. É necessário mudar a percepção de risco da população com a substância antes de definir linhas legislativas?

R. Por exemplo, com o tabaco conseguimos uma percepção de risco muito elevada, não só porque é o assassino número um dos hábitos de consumo, ou o número dois se considerarmos também os fatores de risco metabólicos, apenas superados pela pressão arterial elevada, mas também porque não têm qualquer efeito benéfico para a saúde. Em outras palavras, não há como alguém atribuir algo positivo à saúde sobre o tabaco. Com o álcool, isso está em questão há muito tempo. Há muitos estudos e ainda há profissionais que atribuem certos benefícios a uma quantidade moderada de álcool, uma mensagem que faz muito mal à saúde pública, porque tudo se dilui e a mensagem central de saúde pública se perde, confundindo a população. Isso altera a percepção de risco e a capacidade de agir. A mesma estratégia de comunicação e marketing já está sendo usada para dizer que há benefícios dos derivados do uso da cannabis, por exemplo, consumo moderado, etc.

Com o tabaco, não há dúvida. A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, ratificada por 177 países, é o primeiro tratado internacional vinculativo para proteger a saúde das pessoas em resposta à epidemia do tabaco. Muitos países estão se comprometendo com a estratégia endgame, que visa acabar com o uso de tabaco até 2040 (prevalência de tabaco abaixo de 5%) e garantir que as novas gerações estejam livres desse flagelo. Se abrirmos a porta à cannabis, estaremos ao mesmo tempo a abrir uma lacuna na luta contra o tabaco, porque mais de 90% dos consumidores de cannabis fumam-no misturado com tabaco.

P. Seria um problema legislar sobre a cannabis?

R. Seria um problema de saúde pública, pelo que significa normalizar o consumo e por facilitar o acesso a ele. Além disso, como referi anteriormente, é também um elemento disruptivo na luta contra o flagelo do tabaco, porque o objectivo que temos neste momento em matéria de saúde pública é avançar para o desaparecimento do tabagismo no mundo.

P. São necessárias, mais provas científicas para poder legislar? Porque com o álcool e o tabaco as evidências são extensas, mas não tanto com a cannabis, ou nem tanto.

R. A questão é que a legislação que está sendo proposta é para abrir as portas para a legalização do mercado de cannabis. Se for legalizado, teria que ser com precauções que não estão sendo levadas em consideração. Temos dados científicos mais do que suficientes para saber que a cannabis é prejudicial para a saúde, que tem efeitos graves a longo prazo e, especialmente nos jovens, temos dados científicos mais do que suficientes para aplicar o princípio da precaução.



Não há benefícios para o consumo de cannabis em pessoas saudáveis e existem sérios riscos para a saúde, particularmente para a saúde mental dos jovens. Outra coisa é o uso de derivados da cannabis em certas patologias e doenças. Mas este tem sua própria regulamentação, com seus medicamentos aprovados seguindo os critérios de qualquer outra intervenção, após a realização de estudos que demonstrem seus efeitos.

Abrir a porta ao mercado a um produto destes, uma droga muito viciante, que é consumida misturada com tabaco, e com efeitos nocivos para a saúde, alguns deles muito graves (especialmente nos jovens), parece-me muito arriscado e que temos de ser muito cautelosos com isso.

Antes de darmos esse passo, seria necessário que dispuséssemos de uma convenção internacional, como fizemos com o tabaco, para garantir que a indústria da cannabis não possa exercer qualquer influência na regulamentação do tabaco, que o processo seja controlado, que nenhuma porta seja aberta à publicidade direta ou indireta, que só seja acessível a adultos em ambientes de produção, distribuição e consumo controlados, sem fins lucrativos, sujeitos à informação de todos os seus efeitos, e que poderemos garantir que menores de idade não possam ter acesso. Muitas coisas teriam que ser amarradas para proteger efetivamente a saúde pública

Entrevista De MIREIA PASCUAL

